

Introdução ao Número Especial sobre “Parentalidade e os desafios da contemporaneidade”

Márcia Cristina Maesso¹  & Didier Drieu² 

¹ University of Brasília, DF, Brasil

² Université de Rouen-Normandie, France

RESUMO – O Número *Especial Parentalidade e os Desafios da Contemporaneidade* reúne estudos teóricos e clínicos sobre a parentalidade diante dos desafios contemporâneos, articulando reflexões sobre as dimensões psíquicas, sociais e políticas que atravessam o cuidado e os vínculos entre pais e filhos. Os artigos abordam temas como a constituição psíquica da parentalidade, os impactos das desigualdades sociais e de gênero, as novas configurações familiares e as formas de violência que afetam os laços parentais. A partir de diferentes perspectivas teóricas, especialmente a psicanalítica, as contribuições destacam a importância das políticas públicas e das redes de apoio para o fortalecimento das funções parentais e a promoção da saúde mental na infância e na adolescência. Em síntese, o Número Especial evidencia como o foco na parentalidade contribui para compreender questões mais amplas relativas aos vínculos afetivos, às relações familiares e ao cuidado coletivo, ressaltando as redes de apoio como formas essenciais de resistência às estruturas idealizadas que reproduzem relações de poder e controle.

PALAVRAS-CHAVE: Parentalidade; Relações entre pais e filho; Relações familiares

Introduction to the Special Issue on “Parenthood and the Challenges of Contemporary Times”

ABSTRACT – The Special Issue *Parenting and Challenges of Contemporary Times* brings together theoretical and clinical studies on parenthood in the face of contemporary challenges, integrating reflections on the psychological, social, and political dimensions that shape caregiving and parent-child relationships. The articles address topics such as the psychic constitution of parenthood, the impact of social and gender inequalities, new family configurations, and the forms of violence that affect parental bonds. Drawing on diverse theoretical perspectives, especially psychoanalytic approaches, the contributions emphasize the importance of public policies and support networks for strengthening parental functions and promoting mental health during childhood and adolescence. In summary, the Special Issue highlights how the focus on parenthood contributes to understanding broader issues related to emotional bonds, family relationships, and collective care, underscoring support networks as essential forms of resistance to idealized social structures that reproduce relations of power and control.

KEYWORDS: Parenthood; Parent-child relationships; Family relationships

O presente Número Especial da Revista *Psicologia: Teoria e Pesquisa* surgiu com o interesse de compilar estudos teóricos e clínicos que abordam a temática da parentalidade diante os desafios contemporâneos, realizados em vários cenários e em diversas perspectivas, envolvendo a trama incidente no processo de subjetivação tecida pelos fatores sociais, históricos e políticos que contribuem para a produção de concepções determinantes sobre os modos de cuidar

das gerações descendentes. Desse modo, os artigos que responderam a essa proposta tratam das problemáticas que envolvem a infância, sendo estas diretamente associadas aos elementos que estruturam a parentalidade. Os artigos são oriundos de várias pesquisas realizadas no âmbito de instituições e universidades brasileiras e estrangeiras e mostram que, a despeito das diferenças culturais, legais e históricas, que os discursos contemporâneos que atravessam a

parentalidade e as urgências de tratamento para os problemas em torno da violência doméstica e infantil transcendem fronteiras e contextos socioculturais.

O termo parentalidade é oportuno por diferir da lógica de parentesco, deslocar a ênfase historicamente dada ao processo biológico e para indicar uma construção psíquica complexa, atravessada pelo discurso social vigente (Houzel et al, 1999; Teperman et al., 2020). Parentalidade é um neologismo proposto no campo psicológico e sociológico para nomear o desejo de cuidar de um filho, que pode surgir desde a infância e se consolidar com a chegada de uma criança (Alby & Vives, 2015). Com efeito, pode-se ler, através de um fio que conjuga os artigos, como a parentalidade é uma construção e implica em mudanças impactantes para quem se incumbe de exercer essa função, envolvendo a criação de condições que possibilitem o estabelecimento de uma relação suficientemente boa entre pais e filhos, para a qual é imprescindível o apoio de uma rede composta por vários, compreendendo que, além de familiares, seja de suma importância a participação dos agentes que atuam nas políticas públicas.

Há situações geradoras de sofrimento psíquico, que podem dificultar o enfrentamento dos desafios inerentes à função parental, como formas diversas de violência, perda, luto, pandemia, guerra etc., nas quais a construção da parentalidade pode ser afetada e prejudicada, exigindo, ainda mais, o suporte de uma rede que propicie condições para possibilitar a instituição da parentalidade. Há uma complexidade de fatores que envolvem a parentalidade, abordados nos artigos presentes neste Número Especial intitulado “Parentalidade e os desafios da contemporaneidade”, dos quais destaca-se as exigências impostas pelo neoliberalismo, resultando em uma concepção de individualização das responsabilidades em torno da função do amplo cuidado de uma criança. Na cultura ocidental, essas atribuições recaem principalmente sobre as mulheres, consideradas no decurso da história, como naturalmente existentes para gerar e maternar, como é propagado pelo mito do amor materno, elucidado por Badinter (1985), que atravessa as gerações potencializando a culpa e o sentimento de fracasso diante das dificuldades de sustentar a função parental de acordo com os cânones sociais vigentes. Portanto, é imprescindível desconstruir concepções assentadas em ideais que, não foram introduzidos sem propósito na cultura ocidental, mas que estão a serviço de manter o funcionamento neoliberalista e capitalista.

Sendo assim, ao considerar que as configurações da parentalidade não são naturais, ahistórica, que são atravessadas pelo discurso social, pela transmissão transgeracional, é possível acolher a heterogeneidade da formação das famílias, das multiparentalidades que podem ser monoparentais, homoafetivas, reconstituídas, etc. Deste modo, pode-se abrir um meio de furar discursos que veiculam padrões preconcebidos com a finalidade de garantir o controle biopolítico (Foucault, 2017), mas, isso requer o enfrentamento de modo amplo e coletivo, sendo

imprescindível políticas públicas e profundas reflexões sobre as diversas formas de violência que assolam a tecitura dos vínculos entre pais e filhos.

A partir das formulações, advindas do campo da psicanálise, sobre a constituição psíquica subordinada à relação com o outro e com a cultura, foi possível o trabalho de vários psicanalistas na formação das equipes de saúde que atuam nas políticas públicas direcionadas ao cuidado da parentalidade e da primeira infância, tendo como pano de fundo o combate às diversas formas de violência. Esse trabalho é apresentado no artigo *Parentalidade: Contribuições da Psicanálise para as Políticas Públicas de Saúde (Parenthood: Contributions from Psychoanalysis to Public Health Policies)* abordando de maneira articulada, a práxis geradora de questionamentos e as fundamentações teóricas relativas à construção da parentalidade, que sustentaram a proposta de uma formação baseada na metodologia ativa viabilizada através de objetos mediadores, especialmente fotolinguagem, possibilitando a circulação do saber. Os autores Katia Tarouquella, Eliana Lazzarini, Daniela Scheinkman, Márcia Maesso, Sandra Baron, Viviane Legnani e Didier Drieu enfatizam a necessidade de haver políticas públicas de atenção à parentalidade, que sejam conduzidas de modo a contraverter os ideais sociais e os julgamentos morais em torno dos afetos ambivalentes presentes no exercício da parentalidade, e, sobretudo, consideram que cuidar da parentalidade é uma forma de cuidado da primeira infância.

Uma tocante questão é posta por Marion Feldman e Rhéa Aoun Clavel: “Como contar nossa história quando não sabemos quem somos, de onde viemos e mal conhecemos nossas raízes familiares? Pois é justamente nossa história – passado, presente e futuro – que está em jogo, constituindo a alavanca para nossa reconstrução...”. Os problemas que essa pergunta indicam são desdobrados no artigo *Sem Pais: ensinamentos dos percursos de crianças naufragadas pela história (Without parents: learning from journeys of children shipwrecked by history)*, no qual as autoras evidenciam por meio de dois fragmentos de pesquisas realizadas com crianças que foram abruptamente separadas de seu país, como estas podem nos ensinar a refletir, com suas experiências, sobre as ações direcionadas às crianças que necessitam de medidas protetivas atualmente. Os recortes envolvem as pesquisas com as crianças judias sobreviventes de Terezin, resgatadas do campo de concentração em 1945 e com crianças da Ilha da Reunião, exiladas na França metropolitana entre 1962 e 1984, ambas as experiências produzem ensinamentos muito atuais a respeito da função da filiação, da afiliação e da transmissão entre as gerações, e permitem sustentar a aposta na clínica da simbolização diante de situações traumáticas vividas.

A importância do trabalho psíquico diante da ação do trauma é abordada no artigo *A travessia subjetiva da maternidade nos três momentos: gestação, parto e pós-parto (The subjective journey of motherhood in three moments: pregnancy, childbirth and postpartum)* de Camila Taunay Ornelas, Deise Matos do Amparo e Rose-Angelique, que

consiste em revisão bibliográfica à respeito dos complexos acontecimentos psíquicos em torno da maternidade no período que abrange a gestação, o parto e puerpério, e um alerta para a visão idealizada, naturalista e instintiva da maternidade que está posta na cultura, dificultando a expressão e elaboração da ambivalência de sentimentos que surgem com o nascimento de um filho. As autoras enfatizam que ao gerar um bebê, não apenas o corpo da mulher se transforma, mas também o seu psiquismo. O percurso de preparação para criar outro humano e o tempo em que se constitui o papel de mãe abarcam um trabalho psíquico importante para reparar experiências afetivas e traumas, como uma preparação para receber o bebê. As autoras destacam a importância de compreender o processo psíquico na transição para a maternidade, para analisar suas consequências na saúde mental da mãe e do bebê, para identificar distúrbios psíquicos que surgem no pós-parto e no desenvolvimento infantil, com a finalidade de aprimorar práticas de intervenção.

Na mesma direção, de contestação da concepção do instinto parental inato, a entrega de crianças em adoção aponta, em vários contextos, que a parentalidade não está dada pela natureza, e nem sempre é possível de ser construída pelos genitores. No Brasil, embora a forma como ocorria a entrega voluntária de crianças tenha mudado, desde as “Rodas dos Expostos” para os dispositivos legais contemporâneos pautados na Lei 13.509/2017 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ainda restam vários problemas históricos e sociais a serem enfrentados, como mostram as autoras Julia Matinato Salvagni, Regina Lúcia Sucupira Pedroza e Shyrleene Nunes Brandão, através do artigo *Afastamento Familiar e Parentalidade: Estado, Direito Reprodutivo e Convivência Familiar Comunitária (Family Separation and Parenting: State, Reproductive Rights, Familiar Community Coexistence)*. A despeito da lei, a intervenção do Estado, em algumas situações familiares, pode estar atravessada por estigmas e crenças arraigadas e romantizadas em torno da parentalidade. As questões levantadas no artigo lançam as prolíferas reflexões realizadas, pelas autoras, em torno do tratamento do direito de entrega voluntária em adoção, considerando a interseccionalidade: “Como o olhar do Estado sobre os corpos que gestam e como as instituições que materializam a atenção a essas pessoas afetam tanto genitores quanto bebês?”; “Mulheres cis, trans, brancas, negras, indígenas, homens trans, brancos, negros, pessoas não binárias são atendidas nas diversas instituições sob o mesmo olhar?”. A temática é abordada a partir de dois estudos de casos, indicando a necessidade de fortalecimento e consolidação de políticas públicas capazes de criar espaços de acolhimento e escuta para estancar as práticas violentas de “revitimização”, “punição da pobreza” e “naturalização da maternidade como destino das pessoas que gestam”.

Seguindo o raciocínio de que a atenção a parentalidade envolve o cuidado com as relações e, por conseguinte, com as crianças, Miguel Terradas e Olivier Didier consideram que o diagnóstico de transtorno de personalidade borderline, na

infância e adolescência, envolve risco de estigmatização e está sujeito a mudanças, portanto deve incluir os modos de laço estabelecidos com os adultos que exercem a parentalidade. Este é o fio condutor do artigo de *Emergência de traços de personalidade borderline no contexto da parentalidade ordinária e traumática: reflexões teóricas e clínicas (Emergence of borderline personality features in the context of normative and traumatic parenthood: theoretical and clinical reflections)*, no qual os autores apresentam um percurso que articula construções teóricas aos casos clínicos, para abordar a emergência de traços de personalidade borderline em crianças, no contexto de diferentes tipos de parentalidade, considerando que o vínculo entre pais e filhos é crucial para a identificação e intervenção precoce.

As diversas formas de manifestação da violência foram problematizadas em vários artigos do presente Número Especial, pode-se afirmar que todos eles as tocam em algum nível e aspecto. No artigo *A paternidade dos perpetradores de violência doméstica (The fatherhood of perpetrators of domestic violence)*, Anne Thevenot e Marie-José Grihom, abordam a preocupação das autoridades públicas francesas com o fenômeno da violência conjugal e as reflexões nos campos político e sociológico, presentes nas pesquisas e nos aparelhos de apoio e prevenção dirigidas às vítimas diretas, na maioria das vezes mulheres, e indiretas, as crianças, resultando no posicionamento da autoridade parental em relação de dependência com a violência conjugal. Das várias questões formuladas no desenvolvimento do artigo, destaca-se a articulação entre violência conjugal e parentalidade, para apontar a importância de considerar, além dos fatores sociais, a interveniência dos vínculos intergeracionais e transgeracionais na repetição do ciclo de violência. Com objetivo de explorar os desafios psíquicos da parentalidade no âmbito das relações conjugais violentas, as autoras realizaram entrevistas com trinta homens condenados judicialmente e analisaram dois casos clínicos, revelando como esses pais vivenciam ou não a parentalidade, e a relação desta com as experiências traumáticas da sua infância.

Se não for estancada, a violência doméstica pode se alastrar de modo desastroso, atravessar as gerações direta ou indiretamente, portanto faz-se necessário um trabalho coletivo. Algumas possibilidades de ação contra o ciclo da violência são mostradas no artigo, *Estudo da parentalidade de mães vítimas de violência conjugal: como ajuda-las? (Study of the Parenthood of Mothers Victims of Conjugal violence: how to help?)*, no qual as autoras Daria Druzhinenko-Silhan, Anne Thevenot e Claire Metz, apresentam a metodologia e os primeiros resultados da pesquisa realizada pela equipe “Violência Conjugal: Parentalidade das mães e Decisões Judiciais” (VIC PADEJ: Violences Conjugales: Parentalité des mères et Decisions de Justice). As autoras defendem a tese de que ao testemunhar a violência conjugal, a criança pode sofrer diversos efeitos no seu desenvolvimento, com impactos nos aspectos comportamentais, psicossomáticos e cognitivos. Portanto, sustentam a importância de investigar

como uma mãe, vítima de violência conjugal, utiliza o arcabouço sociojurídico para buscar apoio, e as implicações quanto ao vínculo mãe-criança, valendo-se de entrevistas, estudo de caso e métodos projetivos. Trata-se de uma pesquisa multidisciplinar, reunindo pesquisadores dos campos da psicologia, sociologia e direito, com o objetivo final de desenvolver programas para capacitar profissionais para lidarem com as particularidades desse trabalho de acompanhamento.

O ensaio teórico *Estás por conta própria: reflexões psicanalíticas acerca da maternidade no Brasil* (*You are on your own: psychoanalytic reflections on motherhood in Brazil*) de Renata Garutti Rossafa e Carla Antloga, retrata o contexto da cultura atual, destacando que a parentalidade está a serviço do neoliberalismo que individualiza e deposita a gestão da vida nas mãos dos pais. Através da recomposição de um panorama histórico, com destaque ao lugar social da mulher, as autoras indicam que os discursos, sobretudo os religiosos e científicos, veiculados em várias épocas, resultaram nas determinações atuais de que as responsabilidades em relação ao “trabalho de reprodução” e cuidado com as novas gerações fiquem, majoritariamente, por conta das mulheres. Como agravante a essa situação, ressaltam que no Brasil, país devastado pela desigualdade social, várias formas de opressão que incidem na vida dos cidadãos, sobretudo do lado das mulheres, produzem múltiplas realidades, de modo que o racismo, o sexismo e o classismo, como aspectos interseccionais prevalentes, interferem diretamente no exercício da parentalidade. Ao apontar que a parentalidade no Brasil, revela o campo de tensão no qual as opressões históricas se cruzam com as ordens neoliberais, as autoras indicam que a Psicanálise, referida à lógica inconsciente, não classificável, pode operar como instrumento crítico, para desvelar essas dinâmicas e repensar políticas públicas que reconheçam a maternidade como trabalho social essencial.

Considerando a importância da elaboração psíquica e o envolvimento da equipe no enfrentamento de situações traumáticas, o artigo *Do Trauma da Perda Perinatal à Parentalidade: Uma Experiência na Maternidade* (*From Perinatal Loss Trauma to Parenthood: Experience in a Maternity Hospital*), de Gabriela Monteiro Simão e Sonia Alberti, demonstra como a psicanálise opera no trabalho em equipe numa maternidade que atende casos de gestação de alto risco, através de um estudo clínico que envolve gestação gemelar que culmina na morte dos bebês, exigindo um trabalho psíquico dos pais, que ultrapassa o que ocorre no percurso de construção da parentalidade, e também da equipe que os assiste. As autoras abordam a noção de trauma na psicanálise envolvendo o encontro com o real que produz um resto impossível de simbolizar, para mostrar que, a condução realizada pela equipe, diante do trauma da morte dos filhos, vivido pelo casal parental, permitiu a nomeação e registro

dos bebês falecidos, conferindo-lhes um lugar simbólico, recurso importante para poderem realizar os ritos que abrem caminho para o trabalho de luto.

A situação catastrófica da pandemia, causada pelo vírus SARS-CoV-2, agravou o sofrimento de grande parte da população que se encontrava em situação de vulnerabilidade econômica, social e outras. Para as gestantes e puérperas, especificamente, a pandemia ampliou dificuldades próprias do período perinatal, como é considerado no artigo *Parentalidade vulnerável: pré-natal psicológico e redução do sofrimento psíquico materno na pandemia* (*Vulnerable parenting: psychological prenatal care and reducing maternal psychological distress during the pandemic*) de autoria de Aleida Oliveira de Carvalho, Alessandra da Rocha Arrais, Yácará Ribeiro Pereira e Lizandra Moura Paravidine Sasaki. Vários momentos de uma pesquisa-ação são apresentados no artigo, envolvendo mulheres que estavam vivenciando o primeiro tempo da parentalidade, na inusitada situação de pandemia de COVID-19. As autoras demonstram como o cenário pandêmico evidenciou a fragilidade das políticas públicas no âmbito da parentalidade, e repercutiu sobre a saúde mental de gestantes e puérperas que estiveram suscetíveis ao risco de contaminação, resultando na geração de medo da morte e depressão. Diante das circunstâncias, foi proposto o Pré-Natal Psicológico na modalidade online, contando com o trabalho da equipe multiprofissional, para contornar a complexidade de fatores que exigem cuidado no período gravídico-puerperal, relevando a singularidade de cada participante.

A parentalidade e a perinatalidade não estão naturalmente articuladas, como Cintia da Silva Lobato Borges, Aline Vidal Varela e Ana Vitória Martins Mendes demonstram por meio da teoria e da clínica no artigo *Parentalidade: do Mito Materno ao Amor Possível* (*Parenting: From Maternal Myth to Possible Love*). O estudo clínico envolve a experiência de uma puérpera que enfrenta dificuldades em instituir-se como mãe e em sentir amor pela filha recém-nascida, o conflito não é abordado como insuficiência, fracasso ou fragilidade psíquica desta mulher para exercer a função materna, mas relacionado à idealização da maternidade e pressão social para que a mulher assuma imediatamente o papel de mãe, à proporção que salienta que tornar-se mãe é um ato simbólico de nomeação e sustentação que não ocorre de maneira natural nem automática.

Para finalizar, cabe ressaltar que as contribuições de cada artigo são valiosas porque abrangem contextos diversos, nos quais o foco na parentalidade é imprescindível para ir além, para alcançar ou ao menos vislumbrar a infância, a adolescência, os laços afetivos, a importância da criação e reforçamento de redes de apoio como forma de resistência às estruturas rigidamente idealizadas como estratégia de poder e controle das instituições sociais e da vida cotidiana.

REFERÊNCIAS

- Alby, V. J. & Vives, J-M. (2015). Parentalité et paternité: les nouvelles modalités contemporaines du faire famille. *Dialogue*, 207, 19-30. DOI 10.3917/dia.207.0019.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Nova Fronteira.
- Foucault, M. (2017). *Microfísica do poder*. Editora Paz e Terra.
- Houzel et al. (1999), *Les enjeux de la parentalité*, Ramonville-Saint Agne, Érès.
- Teperman, D., Garrafa, T., & Iaxonelli, V. (Orgs.). (2020). *Parentalidade*. Editora Autêntica.

Conflito de interesse

Os autores declaram que não possuem conflito de interesse.

Editor-chefe

Tiago Jessé Souza de Lima

Editor Associado

Tiago Jessé Souza de Lima

Autor Correspondente

Márcia Cristina Maesso

E-mail: maessomc@gmail.com

Submetido em

10/09/2025

Aceito em

20/10/2025